Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br



A minha caravela?
Ela balança, mas não para
Luís de Camões

TAC para regularizar lojas de conveniência nos postos de gasolina

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Lojas de conveniência, lava-jatos, lanchonetes e hamburguerias que funcionam em postos no Plano Piloto estão sem alvará. As autorizações de funcionamento venceram e a Administração Regional de Brasília não estava renovando, sob alegação de falta de previsão legal para as atividades. Com o objetivo de resolver o problema, será elaborado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre GDF, Sindicombustiveis e Ministério Público.

Consulta ao Iphan

No projeto de lei do PPCUB, há previsão de funcionamento de comércio nos postos de combustíveis. Mas, até ser aprovado, será necessária alguma autorização legal para a permanência das atividades. O presidente do Sindicombustíveis no DF, Paulo Tavares, reuniu-se com o presidente do Ipham, Leandro Grass, para pedir ajuda.

Manifestação formal

Como o órgão já deu parecer favorável ao PPCUB, Grass sinalizou que não vê obstáculo para uma licença precária de funcionamento. O sindicato vai apresentar uma consulta formal ao Iphan para que a resposta seja anexada ao processo de elaboração do TAC.

Segurança jurídica



Ed Alves/CB/DA.PRESS

"Precisamos resolver isso logo. Não é justo que os estabelecimentos que já funcionam há anos não tenham mais alvará e sejam punidos", ressalta o presidente do Sindicombustiveis-DF, Paulo Tavares.

Rede Sociais



Grupo Mulheres do Brasil promove debate no Congresso

Hoje, a partir das 14h, na Câmara dos Deputados, será realizado o seminário Elas querem igualdade na política. A iniciativa é do Grupo Mulheres do Brasil, em parceria com a Secretaria da Mulher da Câmara, para promover um grande debate sobre a participação e a representação feminina na política. Entre as convidadas, a presidente do Banco Brasil, Tarciana Medeiros, e a governadora em exercício do DF, Celina Leão.

Coordenadora da Câmara da CNC



Arquivo Pessoal

A cofundadora do grupo Sabin e presidente do Grupo Mulheres do Brasil no DF, Janete Vaz, é uma das palestrantes do Seminário. Ela também acaba de ser designada pelo presidente da CNC, José Roberto Tadros, para ser a coordenadora da Câmara Brasileira de Mulheres Empreendedoras, com mandato até 31 de dezembro.

Posse da Unecs e da Frente Parlamentar do Comércio



Lucio Bernardo Jr./Câmara dos Deputados

Em 21 de março, será a cerimônia de posse conjunta da diretoria da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio, Serviços e Empreendedorismo (FCS) e do Instituto União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (UNECS). Durante o evento, tomarão posse os presidentes da FCS, o senador Efraim Filho (União Brasil-PB) (foto), e o deputado Domingos Sávio (PL-MG), além dos 25 membros da diretoria da Frente.

Abras

No evento no Porto Vitória, também será empossado João Galassi, presidente da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) e novo presidente da UNECS para o período 2023-2025. Galassi receberá a entidade das mãos de José César da Costa, presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

Coesão



Divulgação

"A coesão da Frente Parlamentar com o nosso Instituto contribui de forma decisiva para o desenvolvimento do setor que mais emprega e gera renda no país", destaca Galassi.

Direito a acompanhante nas consultas médicas

Foi aprovado na Câmara dos Deputados o PL 81/2022, que garante o direito de toda mulher a ter acompanhante, pessoa de sua livre escolha, nas consultas e exames, inclusive os ginecológicos, em estabelecimentos públicos e privados. A proposta é do deputado Júlio César (Republicanos), que está licenciado do mandato para exercer o cargo de Secretário de Esportes do GDF. O projeto segue agora para o Senado.

MOBILIDADE / Após reunião entre representantes do governo e da CLDF, ontem, população terá novos prazos para a expiração dos valores transferidos. Decisão ainda será analisada por técnicos antes da publicação no *Diário Oficial do DF*

Mais tempo para utilizar créditos

» PEDRO MARRA

Ed Alves/CB/DA.Press



Usuário do transporte público da capital federal terá prazo maior para utilização de créditos

Os créditos dos cartões do transporte público, mobilidade e vale-transporte não serão mais confiscados. O governo do Distrito Federal voltou atrás da decisão, após acordo firmado em reunião com deputados distritais que compõem a oposição na Câmara Legislativa (CLDF). Participaram do encontro os deputados Fábio Félix (PSoL), Gabriel Magno (PT) e Max Maciel (PSoL), presidente da Comissão de Mobilidade da Casa. Representando o governo, os secretários de Mobilidade, Valter Casemiro, e o chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, também estiveram na reunião.

De acordo com o compromisso firmado entre os representantes da CLDF e do GDF, quem colocou créditos no Cartão Mobilidade terá um prazo de cinco anos para usá-lo; e quem creditou o vale-transporte terá um prazo de dois anos para utilizar os valores. Os créditos adquiridos e não transferidos para os cartões terão validade de dois anos. Os que foram transferidos aos cartões Mobilidade, vale-transporte e demais cartões, adquiridos antes de 2020, deverão ser expirados imediatamente. Para titulares que já morreram, os créditos remanescentes poderão ser expirados, independentemente das validades estipuladas (**veja Compromisso**).

A decisão foi comemorada por Fábio Félix, que usou as redes sociais para falar da mudança, que será publicada em portaria no *Diário Oficial do DF (DODF)*. "Vitória da mobilização popular e da luta da oposição", vibra o parlamentar. Ainda de acordo com Félix, o governo vai apresentar estudos de viabilidade para que o passe livre estudantil também funcione durante os fins de semana. A data de apresentação desses estudos ainda não foi divulgada. Outra novidade é que, quem creditou a partir de março de 2019, vai ganhar mais um ano de uso. "O acesso a novos recursos tem que trazer melhorias ao transporte público", acrescenta Fábio.

Em nota, a Casa Civil informou que aguarda o envio do processo pela Secretaria de Mobilidade para a análise da minuta de decreto pela equipe técnica. Após a análise dos autos e cumprido os requisitos impostos pelo Decreto nº 43.130, de 2022, os autos seguirão o rito de análise jurídica da Governadoria. Uma vez analisado pelo corpo técnico, pelo jurídico e não havendo óbices, seguirá para apreciação da governadora em exercício, Celina Leão, e, após, para a publicação.

Colaborou Naum Giló

Compromisso

» Os créditos transferidos ao Cartão Mobilidade, adquiridos a partir de janeiro de 2020, terão validade de cinco anos;

» Os créditos transferidos ao cartão vale-transporte, adquiridos a partir de janeiro de 2020, terão validade de dois anos;

» Os créditos adquiridos e não transferidos para os cartões terão validade de dois anos;

» Os cartões do transporte público coletivo do DF são de uso pessoal e intransferíveis;

» Não há possibilidade de saque.

CRIME

Preso por associação com o tráfico

» AMANDA SALES
» ARTHUR DE SOUZA

Reprodução Redes Sociais



Marius Fragoso dos Santos estava foragido há mais de dois anos

O empresário Marius Fragoso dos Santos, 46 anos, que estava foragido há mais de dois anos, foi preso pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), em apoio à Polícia Civil do Rio de Janeiro. Como parte da Operação Fim de Festa, os agentes cumpriram mandados de prisão condenatórios contra ele, expedidos pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. O produtor artístico agencia cantores sertanejos na capital federal e responde pelo crime de tráfico de drogas, com atuação em cidades fluminenses.

O condenado — também conhecido como Bam-Bam — foi preso em uma casa de festas do Riacho Fundo, após um levantamento e monitoramento de inteligência da Polícia Civil do DF. A captura do foragido foi efetuada por meio de agentes da 10ª Delegacia de Polícia (Lago Sul) à paisana, no momento em que ele saía do local com um grupo de amigos.

Marius Fragoso foi levado para a carceragem da PCDF e aguarda transferência para o Rio de Janeiro. Segundo o delegado-chefe da 10ª DP, Maurício Iacozzilli, os trâmites para que isso aconteça dependem apenas do pedido por parte da Vara de Execuções Penais fluminense, que até o fechamento desta edição não havia ocorrido.